

Textos para Discussão

TD-IEA n.8/2009

Crise Mundial e Agronegócio: perspectivas para 2009

Agribusiness and the World Crisis: 2009 outlook

Alfredo Tsunechiro¹

Célia R. R. P. T. Ferreira²

Celso L. R. Vegro³

César R. Leite da Silva⁴

Éder Pinatti⁵

Katia Nachiluk⁶

Maximiliano Miura⁷

Priscilla Rocha Silva⁸

Rosana de O. Pithan e Silva⁹

Sebastião Nogueira Jr¹⁰

Sérgio Alves Torquato¹¹

Sônia S. Martins¹²

Terezinha Joyce Fernandes Franca¹³

¹Engenheiro Agrônomo, Mestre, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: alfts@iea.sp.gov.br).

²Engenheira Agrônoma, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: celia@iea.sp.gov.br).

³Engenheiro Agrônomo, Mestre, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: celvegro@iea.sp.gov.br).

⁴Economista, Doutor, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: crlsilva@iea.sp.gov.br).

⁵Zootecnista, Mestre, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: pinatti@iea.sp.gov.br).

⁶Engenheira Agrônoma, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: katia@iea.sp.gov.br).

⁷Engenheiro Agrônomo, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: miuramax@iea.sp.gov.br).

⁸Engenheira Agrônoma, Mestre, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: priscilla@iea.sp.gov.br).

⁹Socióloga, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: rpithan@iea.sp.gov.br).

¹⁰Engenheiro Agrônomo, Mestre, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: senior@iea.sp.gov.br).

¹¹Economista, Mestre, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: storquato@iea.sp.gov.br).

¹²Engenheira Agrônoma, Doutora, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: soniasm@iea.sp.gov.br).

¹³Economista, Mestre, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: tefranca@iea.sp.gov.br).



RESUMO

A agricultura teve um papel importantíssimo na estabilização da economia brasileira promovida pelo Plano Real, implementado em 1994. De um lado, a oferta adequada de produtos ajudou a controlar a inflação, e de outro, as exportações do setor contribuíram decisivamente para o desempenho da balança comercial - inicialmente, para compensar as perdas sofridas com a apreciação do real, e, mais recentemente, para incrementar os superávits comerciais. Tudo isto se deveu à feliz associação entre crescimento e competitividade, processo ocorrido num cenário favorável de dinamismo econômico mundial. A crise econômica mundial modifica este cenário e impõe um desafio: avaliar o impacto da crise na economia brasileira em geral, e na agricultura em especial, para subsidiar a formulação de políticas públicas eficazes para o enfrentamento desta conjuntura adversa. Neste sentido o Instituto de Economia Agrícola divulga o presente documento, que procura avaliar os efeitos da atual crise econômica mundial nas principais cadeias produtivas da agropecuária. O estudo apresenta inicialmente um breve relato da crise, seguido de uma análise das ações do governo, sobretudo no campo do crédito, para assegurar a liquidez necessária ao início da safra que se avizinha. Seguem-se análises do setor de máquinas agrícolas automotrizes, da produção animal, café, cana, principais grãos e laranja.

Palavras-chave: agricultura, agronegócio, crise, pecuária, perspectivas.

ABSTRACT

Agriculture played a major role in stabilizing the Brazilian economy under the Real Plan put into force in 1994. On the one hand, adequate supply of products helped control inflation and on the other hand the sector's exports made a decisive contribution to the trade balance - at first to compensate losses due to the devaluation of the real and more recently to increase trade surpluses. All of this grew out of a fortunate association between growth and competitiveness, a process occurring in a favorable global scenario of economic dynamism. The economic crisis changes it and imposes a challenge: to assess the impact of the crisis on the Brazilian economy in general, and on agriculture in particular, to support the formulation of efficacious agricultural policies to face this adverse conjuncture. To that end, the Institute of Agriculture Economics (IEA) disseminates the present document, which seeks to assess the impact of the current global economic crisis on the main agricultural supply chains. The study departs from a short account of the crisis. An analysis follows of government actions - particularly in the credit area - aimed at securing the liquidity required to meet harvest financial demands. In the subsequent

pages the study examines the sectors of agricultural machinery, animal production, coffee, sugar cane, main grains and orange.

Key-words: agriculture, agribusiness, crisis, livestock, outlook.



1 - A CRISE ECONÔMICA DE 2008

O estopim da crise financeira mundial, que teve origem nos Estados Unidos da América, foi a inadimplência do *subprime*, que é o mercado de hipotecas dos mutuários que refinanciaram suas dívidas. Isto porque, as condições de refinanciamento ficaram mais difíceis e os índices de inadimplência se elevaram, fragilizando os agentes financeiros que haviam usado estes títulos para operações de securitização (emissão de títulos negociáveis baseados no *subprime*).

Como as operações de securitização sempre envolviam garantias e seguros, estes foram acionados, afetando as seguradoras e outras companhias garantidoras de crédito. Quando os bancos começaram a reconhecer as perdas com o *subprime*, instala-se o pânico financeiro no mundo. Congela-se o crédito de maneira generalizada, gerando uma profunda crise de liquidez, que atingiu escala mundial.

Considerando a origem financeira (leia-se liquidez) da crise, os governos dos principais países do mundo tomaram medidas no sentido de, pelo menos, mitigar este problema. Os Estados Unidos, com o propósito de estabilizar o sistema financeiro, pretendem injetar US\$780 bilhões no mercado. Na Europa oito países anunciaram pacotes fiscais que totalizam US\$254 bilhões. A China vai gastar US\$586 bilhões. No Brasil, além da redução da taxa básica de juros, o caixa do BNDES recebeu R\$119 bilhões de um pacote estatal de US\$189,1 bilhões, para contornar a redução dos financiamentos interno e externo. Até o momento estima-se que aproximadamente US\$1,9 trilhões serão aplicados pelos governos para tentar amenizar os efeitos da crise financeira sobre o lado real da economia.

Quando se fala em lado real da economia pensa-se em emprego e renda, que são as duas faces de uma mesma moeda. De que maneira uma crise financeira pode contaminar a economia real? A primeira maneira, e imediata, é justamente pela queda de liquidez, o que significa que os empréstimos e financiamentos ficam mais caros e reduzidos. É bom lembrar que boa parte da atividade econômica funciona na base do crédito: capital de giro das empresas, crédito ao consumidor, financiamento às importações e exportações, etc. A segunda maneira, que opera nos médio e longo prazos, e tem efeitos mais deletérios para a economia, é o que se chama de crise de confiança, que se manifesta com a protelação do dispêndio dos consumidores, empresas e governos. A redução do consumo, investimentos e gastos públicos reforça, e de certa forma, valida a crise de liquidez: já que não há crédito não há gastos. O efeito conjunto é a redução da produção, emprego e renda, que pode se tornar um ciclo vicioso, como o que aconteceu na grande crise dos anos 30.





Esta crise não deverá ser tão severa quanto a de 1930, principalmente porque os governos podem adotar políticas anticíclicas. Todavia, até o momento, sobretudo no epicentro da crise, essas políticas privilegiam o mercado financeiro, procurando estabilizá-lo. É uma política do lado da oferta, pois parte do princípio que uma vez restaurada a liquidez a atividade econômica voltará ao normal. Esta visão não é consensual. Há os que acreditam que uma política anticrise deve contemplar aumento no dispêndio público em consumo e investimento, já que o gasto privado é incerto. Em resumo, o que está em discussão é uma questão ideológica, que envolve o papel do Estado na economia: Estado regulador ou Estado ativo como agente econômico?

No Brasil há certo otimismo, até certo ponto justificado, porque o sistema financeiro nacional não está diretamente ligado à crise do *subprime*. Logo, internamente não haveria problema de liquidez. Entretanto, num sistema econômico e financeiro globalizado e desregulamentado os fenômenos se irradiam com muita facilidade.

Primeiramente, no Brasil as empresas tomam empréstimos tanto no mercado doméstico quanto internacional. Com a queda na liquidez externa, esses recursos se tornaram escassos, e essas empresas se voltam para os bancos nacionais. Logo, esta demanda adicional por recursos compromete a liquidez interna.

Em segundo lugar, deve-se levar em conta o impacto da crise no comércio exterior. Como já observado, há uma considerável retração nas economias centrais e, em função disto, já se prevê que o comércio não crescerá em 2009. Esta retração certamente afetará negativamente as exportações brasileiras. O impacto não será apenas nos setores ligados ao comércio, pois é preciso considerar o efeito multiplicador da queda nas exportações.

Por último, deve-se considerar o comportamento das empresas multi e transnacionais, que têm presença importante na economia brasileira. As decisões estratégicas dessas empresas são tomadas em nível internacional e afetam todas as unidades sediadas nos diferentes países. Se essas empresas, em suas matrizes, decidirem por cortes ou redirecionamento em seus investimentos e gastos correntes, o que já está ocorrendo, as filiais brasileiras poderão ser afetadas.

Complementarmente, observa-se em todo mundo um ensaio de recrudescimento do protecionismo como estratégia para preservar os empregos domésticos. Porém, este tipo de política, no médio e longo prazo, prejudica as transações internacionais e, portanto, reduz os ganhos do comércio.

Em resumo, a economia brasileira será afetada pela crise mundial, embora não seja possível precisar com que intensidade nem durante quanto tempo. Os efeitos sobre a renda e o emprego domésticos certamente serão influenciados pelo tipo de políticas que o governo brasileiro adotar e pela velocidade de retomada da confiança pelos agentes



econômicos. E frente a este cenário é fundamental a aceleração na redução da taxa de juros pelo COPOM, condição esta que coloca o Brasil em posição de vantagem quanto à condução de políticas macroeconômicas anti-cíclicas perante, principalmente, as principais economias mundiais.

2 - FINANCIAMENTO DO SETOR AGRÍCOLA: ações de Governo

A crise financeira mundial afetou as condições para o financiamento da agricultura brasileira justamente no momento em que os produtores precisavam de recursos para o plantio da safra 2008/09. Um dos principais impactos foi a redução da oferta de crédito por parte de bancos, com elevação das taxas de juros e aumento na exigência de garantias e de reciprocidade; de empresas de insumos agropecuários, em função do desconhecimento da situação financeira dos clientes; e de *tradings* de produtos agrícolas, devido à redução da disponibilidade e dificuldade na captação de recursos externos. Esse quadro trouxe à tona a dependência de recursos que o setor produtivo tem dos outros elos da cadeia.

Essa situação levou à necessidade de ações emergenciais do Governo no final de setembro e início de outubro de 2008. Com objetivo de aumentar os recursos para o financiamento da safra, o Banco Central ampliou as exigibilidades sobre os depósitos à vista das instituições financeiras, de 25% para 30%, e da poupança rural, de 65% para 70%, medidas que juntas disponibilizaram R\$8,1 bilhões para o setor.

No caso da Poupança Rural, no mínimo 60% dos recursos da exigibilidade devem ser destinados exclusivamente às operações de crédito rural, sendo os demais 40% destinados à ampliação dos financiamentos de Cédulas do Produto Rural (CPR), abrangendo, inclusive, aquelas em poder da agroindústria, cooperativas, fornecedores de insumos e *tradings*. Essas medidas têm validade de novembro de 2008 a 30 de junho de 2009.

Além disso, houve a antecipação por parte do Banco do Brasil, de R\$5 bilhões das exigibilidades previstas para aplicação em 2009 e a liberação de R\$2,7 bilhões das exigibilidades, pelo Banco Central, que haviam sido retidos por não terem sido aplicadas no prazo definido pela Autoridade Monetária. Essas medidas totalizam R\$15,8 bilhões para aplicação no crédito rural.

No entanto, esta combinação não foi suficiente para manter o mesmo nível relativo de aplicações do período anterior: enquanto na safra passada no período julho a janeiro o custeio e comercialização já haviam recebido 63,5% do valor programado, atualmente o volume aplicado é de 57%. Em termos efetivos o volume de recursos aplicados até janeiro para custeio e comercialização a juros controlados cresceu 4,8%, fundamentalmente pelo crescimento de 76,7% nos recursos da poupança rural, visto que os recur-



sos provenientes das exigibilidades recuaram 17,1% para o mesmo período. Nas aplicações a juros livres a redução foi de 18,5%, basicamente em função da queda nas operações BB Agroindustrial com recursos da poupança (MCR 6-4). No total, somam R\$31,2 bilhões de um valor programado de R\$78 bilhões.

O volume de recursos aplicados através do PRONAF nestes primeiros sete meses da safra 2008/09 – R\$6,1 bilhões de um total programado de R\$13 bilhões - apresentou crescimento de 11,7%, impulsionado pelo Pronaf Mais Alimentos.

As dificuldades de financiamento enfrentadas até o momento deixaram o setor em alerta, mas a maior preocupação passa a ser com as condições de comercialização, que deverá enfrentar redução de preços dos produtos por excesso e concentração da oferta em contraposição a uma demanda retraída, associada à falta de recursos para estocagem.

Nesse sentido, algumas medidas já foram tomadas pelo Governo para comercialização e carregamento de estoques, inclusive para as agroindústrias. Ampliou-se o limite de operação dos créditos de comercialização e do EGF de R\$10 milhões para R\$20 milhões quando destinados a agroindústrias, mantido o limite de até 50% da capacidade de industrialização. Para as cooperativas, o único limite é de até 100% da capacidade de industrialização. Com vistas a compatibilizar os novos limites propostos para o EGF às normas relativas à Linha Especial de Crédito (LEC) para leite alterou-se de R\$15 milhões para R\$20 milhões o limite desta linha.

Há vários anos, a política agrícola nacional caminha no sentido de redução das intervenções diretas no setor para garantia de preço e renda. No entanto, nesta safra, a comercialização exigirá maior apoio governamental para evitar uma queda na renda dos produtores em função da menor demanda. Agentes do setor rural e agroindustrial indicam que o volume de recursos destinados às aquisições de produtos pela CONAB, já indicados no Orçamento Geral da União, deve ser reforçado, bem como os recursos para os Empréstimos do Governo Federal (EGF). Além disso, instrumentos como os contratos de opção de venda das safras com o Governo devem ser fortalecidos.

As medidas de apoio à comercialização garantem, pelo menos em parte, a renda dos produtores viabilizando a produção da safra seguinte, visto que parte dos recursos aplicados pelo produtor são próprios. Por outro lado, o apoio à comercialização significaria um incentivo à retomada da oferta de crédito por parte dos bancos diante de produtores endividados e com dificuldades de fluxo de caixa na medida em que reduz a volatilidade da safra.

Neste cenário existe a possibilidade de não cumprimento dos acordos de renegociação das dívidas rurais e algumas medidas já estão sendo tomadas neste sentido. O Conselho Monetário Nacional prorrogou para 15 de março de 2009, inicialmente previsto



para outubro passado, o pagamento da parcela de 2008 dos investimentos renegociados com base na Lei 11.775/2008 e não estendeu esse benefício para os custeios prorrogados. No entanto, o Banco do Brasil está oferecendo aos seus clientes a possibilidade de negociação para custeios das safras 2003/04 a 2005/06.

Com relação às operações de investimentos a expectativa é de retração daqueles em andamento e suspensão dos projetos previstos e de novos lançamentos, principalmente aqueles baseados em recursos externos e originários do mercado acionário.

A crise atual levou o Governo a iniciar discussão sobre propostas de reformulação da política agrícola. Participam da discussão a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Banco do Brasil e Ministérios da Fazenda e da Agricultura. As propostas para o sistema de crédito rural destacam a redução dos gastos com subsídio de taxas de juros e política de proteção de preços com compras de produtos; a redução da volatilidade da safra para atrair instituições privadas para o financiamento por meio da criação de mecanismos de garantia de renda via mercado de derivativos; criação de um seguro de renda com subvenção nos custos do produtor com contratos derivativos; e aperfeiçoamento do seguro de produção.

O resultado da atual safra não está definido e dependerá do comportamento de diversas variáveis como desempenho dos mercados interno e externo, preços, nível de consumo e do resultado das medidas adotadas. É possível supor que haverá dificuldades para atender as necessidades previstas de recursos para a safra 2009/2010, estimados pela CNA num total de R\$155 bilhões, sendo R\$78 bilhões só para a produção de grãos, visto que os problemas desencadeados pela crise mundial não devem estar resolvidos até o início da próxima safra. Salienta-se, portanto, que a política pública deverá ser orientada para auxiliar o monitoramento da comercialização em 2009, inclusive com aporte de recursos, com vistas à sustentação da renda agrícola.

3 - CRISE E MERCADOS

3.1 - Máquinas Agrícolas Automotrizes

Em 2008, o mercado de máquinas agrícolas automotrizes apresentou acentuada recuperação das vendas para o mercado interno, com expansão de 30,7% frente ao ano anterior. No ano foram produzidas 84.986 máquinas, isto é, incremento de 19.983 unidades de novos equipamentos ofertados ao mercado. As aquisições internas somaram 54.421 unidades, exibindo igualmente forte alta (42%). Embora tenha havido crescimento na quantidade de máquinas embarcadas para o exterior, o aumento foi mais modesto, com expansão de apenas 10,8% no ano. Esse resultado é, até certo ponto, bastante



surpreendente tendo em vista que o câmbio se manteve desfavorável aos exportadores até meados de setembro.

Em termos relativos, o segmento das colhedoras liderou a ampliação dos negócios das montadoras ao exibir variação de 87,5% na quantidade comercializada no mercado interno. Também as exportações tiveram movimento ascendente com majoração de 28,2% nos embarques. Somados os dois fenômenos, imprimiu-se à produção do segmento expansão de 63,3%, o que representa fabricação de 8.407 novas unidades. Ilustrativamente, em 2006, foram fabricadas apenas 2.314 colhedoras, demonstrando a pujança que o segmento experimentou nos dois últimos anos.

Os tratores de rodas, maior item de vendas internas em unidades de novos equipamentos, também apresentaram crescimento da produção, 31,1% no ano, tendo sido fabricadas 66.504 máquinas. Aparentemente, houve algum acúmulo de tratores nos pátios das montadoras na medida em que as vendas totais (mercado interno e exportações) apresentaram crescimento acumulado de 29,3% frente ao ano anterior. A abrupta queda nas vendas no último trimestre de 2008 provavelmente ocasionou esse desalinhamento entre a produção e as vendas globais.

Parte do aumento de produção de máquinas agrícolas decorreu do movimento altista de preços das *commodities* agrícolas, fato esse que prevaleceu até meados do ano anterior e tornou os agricultores mais propensos à aquisição de novas máquinas agrícolas.

Os demais tipos de equipamentos produzidos e comercializados pelo setor exibiram comportamentos díspares. Enquanto os cultivadores motorizados apresentaram produção apenas estável, os tratores de esteiras e retroescavadeiras apresentaram forte vigor nas vendas de 65,2% e 49,3%, respectivamente. Esses equipamentos estão muito mais vinculados aos segmentos responsáveis pela construção, ampliação e manutenção da infra-estrutura do País, beneficiando-se das ações previstas pelo Programa Aceleração do Crescimento (PAC).

Em 2008, houve crescimento importante no montante de trabalhadores ocupados no setor de máquinas e implementos, isto é, aumento de 7,4%. A evolução positiva das exportações contabilizou receita cambial de US\$2,873 bilhões, expansão de 11,5% frente a 2007, fortalecendo ainda mais o segmento como um dos mais dinâmicos da economia brasileira na capacidade de agregar valor à pauta exportadora.

A política de equalização da taxa de juros praticada nos financiamentos de máquinas agrícolas imprimiu ao segmento trajetória de exuberante crescimento. Desde 2000, ainda que os preços unitários tenham assumido curva ascendente, o suporte do tesouro por meio do MODERFROTA, favoreceu acentuadamente as aquisições de tratores e demais máquinas. Tal política permitiu a renovação do parque de máquinas e consoli-



dou a estrutura industrial e de mercado brasileiros como uma plataforma mundial de negócios nesse segmento da indústria montadora.

A comercialização de tratores de rodas no mercado interno exibiu, desde 2006, importante crescimento na participação relativa da classe de potência mais elevada nas vendas totais (de 50CV a 99CV e de 100CV a 199CV). O esforço em incrementar substancialmente a oferta de alimentos a custo competitivo impõe a necessidade da introdução de tratores mais potentes, capazes de executar em menor tempo uma maior variedade de serviços agrícolas com custo operacional inferior quando comparado com aos de tratores de menor potência, ainda que torne mais custosa a imobilização inicial do capital invertido.

O cenário que se forma para 2009 não parece alvissareiro. Repetir o excelente desempenho de produção e vendas observado em 2008 está fora de cogitação e retorno a volumes similares aos de 2007 tampouco deve ser esperado. Assim, estima-se produção e vendas acima das 70 mil máquinas em 2009. Programas voltados para a aquisição de máquinas agrícolas como os criados pelos Estados de São Paulo e do Paraná e mais recentemente pelo Governo Federal, trazem um impulso adicional para esse período de expectativas econômicas pessimistas. Ademais, o orçamento de equalização do MODERFROTA foi poupado dos recentes cortes efetuados pelo Ministério da Fazenda, permitindo que ao menos os produtores rurais que percebam boas oportunidades de auferir lucros possam se credenciar para renovar suas máquinas.

Sobre o desempenho exportador, há que se considerar o acentuado distúrbio climático ocorrido nos países que formam o bloco do MERCOSUL (expandido), tradicionalmente, os principais clientes da indústria de máquinas agrícolas automotrizes brasileiras, comprometendo a renda dos produtores. Além disso, o empenho das montadoras brasileiras em diversificar o mercado, com algum sucesso junto à África do Sul e a países do Leste Europeu, não será suficiente para repor a redução que se observará nos clientes tradicionais.

3.2 - Produção Animal

A crise mundial atingiu a pecuária brasileira no final de 2008, via redução de preços e de volumes exportados, embora a redução de preço tenha sido compensada, em boa parte, pela desvalorização do real. A normalidade voltou ao financiamento das exportações já no mês de janeiro e em meados de fevereiro de 2009, o Governo Federal anunciou medidas, especialmente na forma de linhas de crédito para minimizar os impactos dessa crise sobre a produção de carnes.



3.2.1 - Avicultura

Após as dificuldades ocorridas em 2006, a avicultura brasileira retomou sua trajetória de crescimento de produção e exportação, com expansão em 2008 de 7% e 12%, respectivamente. Maior exportador mundial de carne de frango, o segmento vinha destinando parcelas crescentes da produção ao mercado externo, passando de 29% em 2004 para 33% em 2008. Contudo, essa estratégia foi afetada com a crise financeira, quando houve grande redução nos montantes de crédito aos exportadores.

As empresas exportadoras que são grandes integradoras, frente a essa dificuldade, reduziram rapidamente o volume da produção, alojando, nos dois últimos meses de 2008, menor número de pintinhos. Houve também redução da capacidade de produção de pintos, pelo descarte mais rápido das matrizes. Na coordenação desses ajustes da produção tiveram papel importante a Associação Brasileira de Exportadores de Frango, (ABEF), e a União Brasileira de Avicultura (UBA).

Os problemas decorrentes de escassez de financiamento das exportações e capital de giro já foram menores em fevereiro e a perspectiva do setor é repetir ou superar o resultado de produção de 2008, com algum redirecionamento da exportação por meio da conquista de novos mercados. Representantes do Governo da China estiveram recentemente no Brasil e credenciaram uma série de indústrias para exportar para este país.

A demanda interna continua firme, pois o aumento do desemprego até o momento no Brasil é pouco significativo e a queda no consumo de alimentos, devido à redução da renda dos consumidores, é muito menor do que a que ocorre com outros produtos não essenciais. No caso do frango essa sensibilidade do consumo é ainda menor, por se tratar da carne mais barata no mercado.

Os preços do frango vivo ao produtor paulista, em 2008, tiveram o pico de R\$1,94 em agosto e o menor valor, R\$1,62, em dezembro. Nos dois primeiros meses de 2009 houve elevação em torno de 4% e 7%, em relação ao verificado em dezembro. Já o preço médio de exportação do frango foi de US\$1.403/t em 2007 e US\$1.780/t em 2008. No final de janeiro o mercado futuro sinalizava redução, com preço de US\$1.500/t para o ano de 2009.

A expectativa é de que quanto maior o impacto da crise no bolso dos consumidores, maior deverá ser o remanejamento do consumo de outras carnes para a de frango, seja no mercado interno, seja em outros países com, conseqüente, sustentação da produção brasileira. Além disso, possível redução na produção de milho e soja, devido a problemas climáticos não deve atrapalhar a avicultura nacional, pois o abastecimento está garantido pela existência de grande estoque de passagem no caso do milho. Países concorrentes, em especial os EUA, estão em condições mais desfavoráveis.



3.2.2 - Carne bovina

O preço médio da arroba do boi, tanto no mercado paulista como no Brasil¹⁴ apresentou elevação de 2007 para 2008, mais que compensando a ligeira redução na quantidade produzida, o que resultou em elevação no valor da produção do setor. Para os pecuaristas o ano de 2008 somente não foi melhor em virtude da reversão da tendência de alta em julho, mantendo-se o preço da arroba estável até novembro, quando os frigoríficos reduziram os abates, forçando queda na cotação do boi gordo.

Contudo, o ano de 2008 foi atípico, pois nos meses em que costuma ocorrer uma queda das cotações (janeiro a junho) houve uma majoração dos preços e, quando se esperava um aumento (junho/ a dezembro), estes preços ficaram estáveis, sofrendo uma diminuição no final do ano. O comportamento, do primeiro semestre, deve-se ao ciclo pecuário ascendente e, no segundo semestre, à ação dos frigoríficos.

Vale ressaltar que o aumento do preço da arroba no primeiro semestre foi repassado ao atacado e varejo, entretanto, não ocorreu redução dos preços nesses segmentos quando houve a queda na cotação no boi gordo. Assim, há “gordura” para redução dos preços no atacado e varejo, o que poderá contribuir para uma menor diminuição do consumo no mercado interno. No varejo, inclusive, já se observa uma queda nos preços, o que pode ser um atrativo ao consumidor.

As exportações, em 2008, atingiram US\$5,3 bilhões, montante 20% menor que o de 2007, com redução no volume exportado de 14,3%. Estes resultados foram influenciados pela crise econômica que afetou diretamente os frigoríficos, que haviam investido alto para aumentar a produção e atender a expectativa de demanda crescente. O resultado é o endividamento de grande número de empresas que estão com dificuldades para honrar seus compromissos. A falta de crédito no mercado está afetando o fluxo de caixa dos frigoríficos.

Em relação ao confinamento, o crescimento em 2008 foi insignificante. Os pecuaristas estão cautelosos para novos investimentos, pois o déficit de boi magro e a pressão maior dos custos para compra de insumos do confinamento incidem na rentabilidade da produção. A expectativa é que haja uma redução de cerca de 20% no número de animais confinados.

No decorrer de 2009, em função do ciclo pecuário que continuará ascendente com a redução da oferta de animais para o abate (notadamente de fêmeas) e com a possibilidade de não haver uma redução drástica de consumo, as cotações do boi gordo

¹⁴De R\$58,42 para R\$78,42 no Estado de São Paulo e de R\$53,59 para R\$82,65 em termos nacionais. A produção nacional em 2008 foi de 9 milhões de arrobas contra os 9,2 milhões de 2007.



tendem a subir. Entretanto, frente ao atual quadro macroeconômico, a perspectiva é que o mercado seja mais volátil.

As exportações devem permanecer estáveis, devido às restrições impostas por alguns importadores (reflexos ainda de questões sanitárias pendentes), ou até mesmo apresentar um ligeiro aumento dada pela sinalização destes em retomar as importações. Entretanto, principalmente com a redução das vendas externas, há a possibilidade de se focar o mercado interno, melhorando a qualidade, apresentação e *marketing*, para atender nichos de mercado que exigem produtos de melhor qualidade.

3.2.3 - Carne suína

Após três anos de investimentos no aumento da produção a suinocultura brasileira, nos últimos meses, vem passando por sérias dificuldades, com preços recebidos pelos produtores em níveis muito baixos, frente ao aumento nos custos de produção. Tanto os preços do suíno vivo como os da carne estão em queda.

Os fatores que mais influenciaram negativamente a rentabilidade do setor foram: elevação nos preços do milho e da soja (preço da ração), a demanda aquém da expectativa no período das festas de fim de ano e a queda de consumo registrada no início de 2009, já esperada para a época de calor. Também contribuíram para esse resultado os baixo preço da carne de frango, sua grande concorrente e a queda das exportações. Atualmente, o excedente de produção representa 35 mil toneladas de carne suína.

O problema é tão grave que vários produtores estão “quebrando”, devido a perdas nas vendas, calculada acima de R\$60,00 por animal e muitos criadores estão pondo suas propriedades à venda.

A redução das exportações é a maior preocupação do setor, tendo em vista que a produção brasileira tem grande dependência do mercado da Rússia (40% do total exportado), que nesta época do ano mantém os portos fechados, por causa do inverno. Além disso, os russos têm recusado a carne suína catarinense (apesar de ser o único estado com área livre de aftosa sem vacinação). Isto se deve a um incidente diplomático, levando-os a adquirir o produto de outros estados habilitados. Outro ponto foi a redução da cota brasileira vendida a este país, que somados aos demais fatores levaram a uma redução acima do normal, para esta época do ano.

Para amenizar a situação, foi feita uma proposta de troca de carne suína brasileira por trigo russo, ou fertilizante e, há também, uma negociação do governo brasileiro com este país para elevação das cotas de importação, já que o Brasil entrou na cota de “outros países”, feita com base na média dos últimos 10 anos. Como o Brasil atua neste sistema há pouco tempo, a média privilegiou exportadores como os EUA e União Euro-



péia.

Outra forma para amenizar esse cenário é a possibilidade de ampliação para novos mercados, reduzindo a dependência da Rússia. Até o presente momento, o governo dos Estados Unidos, por exemplo, concluiu a análise de risco, que considera questões sanitárias, para carne suína de Santa Catarina. Deverá haver em seguida uma análise econômica e consulta pública. A expectativa é que antes do fim do ano o processo esteja encerrado e Santa Catarina possa exportar carne suína para os americanos (o potencial brasileiro é 84 mil toneladas de carne suína por ano). Aguarda-se ainda uma missão das Filipinas para avaliar as plantas de suínos. Além disso, o Brasil conseguiu enviar as primeiras cargas de carne suína para o Chile e apesar de envolver pequenos volumes há um potencial de importação de aproximadamente 25 mil toneladas por ano.

Para suinocultura, a ampliação de crédito para custeio e a reabertura de outra linha para retenção de matrizes em contratos de parceria, não serão suficientes para atenuar a crise do setor, pois beneficiarão, principalmente, a agroindústria que já conta com uma linha do BNDES. Há de se considerar, também, que os produtores já apresentam alto nível de endividamento.

A interferência da crise econômica internacional sobre o setor será proporcional aos seus impactos sobre a economia brasileira, isto é, se houver uma diminuição de consumo interno por conta do crescimento das taxas de desemprego e da atuação do setor varejista que, até o momento, apesar da queda nos preços para o produtor, continua praticando preços altos para a carne suína.

A situação até o momento não é causada diretamente pela crise, mas é decorrência de mudanças ocorridas no mercado externo que levou ao excesso de oferta do produto no mercado interno. Espera-se que as negociações do Governo Federal no mercado externo contribuam para uma melhora da situação no segundo semestre, principalmente se os resultados das negociações com os russos forem positivas e ocorrer a abertura esperada de novos mercados, como os dos EUA e do Chile.

3.2.4 - Leite

O ano de 2008 não correspondeu às expectativas do setor, que investiu fortemente na produção, após os ótimos preços pagos ao produtor em 2007. Neste período houve uma elevação do consumo devido ao aumento da renda que, aliada à perspectiva de crescimento do mercado externo, levou a um maior volume de leite no mercado nacional.

O valor das vendas externas brasileiras de lácteos em 2008 continuou em alta, apesar dos preços internacionais estarem próximos aos de 2007. Segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio



Exterior, as exportações alcançaram 148,6 mil toneladas e US\$540,8 milhões, aumentos de 43,5% e 80,9%, respectivamente, em relação ao ano anterior. O saldo da balança comercial de lácteos fechou em US\$327,7 milhões.

No mercado interno as vendas de lácteos foram baixas. No entanto, o ano terminou com estoques altos apenas de leite em pó, por conta da diminuição das exportações deste produto no final de 2008. A produção que teve um crescimento expressivo no primeiro semestre daquele ano, estimulada pelo crescimento das exportações, influência dos bons preços do leite e baixo custo de produção, no segundo semestre, devido às mudanças no mercado, tiveram retração e passaram a apresentar uma diminuição da captação.

Em resumo, se por um lado os baixos preços, alta nos custos de produção e a diminuição do consumo levaram a uma diminuição no ritmo de crescimento da produção nacional, no segundo semestre de 2008, as incertezas do mercado internacional de lácteos, e a ocorrência da crise econômica internacional, que afetou a demanda dos importadores e a disponibilidade de estoques para exportação, contribuíram ainda mais para que o setor desistisse de investimentos na produção.

Em termos de perspectivas, a produção brasileira de leite deverá diminuir em 2009, mantendo a tendência do ano anterior. Caso ocorra uma elevação dos preços, na entressafra, poderá haver uma resposta positiva do setor, mas há que se considerar eventual queda no consumo nos derivados de lácteos, que têm maior valor agregado, pois este segmento é extremamente sensível a mudanças de renda. Como a taxa de desemprego vem crescendo, por conta do impacto da crise, este é um fator importante a se considerar, pois deverá frear o consumo da classe média.

Do lado das exportações, os preços internacionais do leite estão baixos e a União Européia retomou os subsídios. Receia-se que as medidas protecionistas aumentem e impactem ainda mais o mercado. Sob diminuição da oferta global, pode ser que a demanda de países emergentes auxiliem a melhora dos preços, pois há previsões otimistas de que a médio e longo prazo a demanda global por leite continue a aumentar, devido a tendências favoráveis demográficas e culturais que têm levado a um crescimento do consumo de lácteos.

Como fatores que podem interferir negativamente destacam-se: a redução das vendas para a Venezuela, grande produtora de petróleo (atualmente com baixos preços internacionais) e maior compradora dos lácteos brasileiros; o receio de que o escândalo de contaminação na China possa ser um empecilho para o crescimento deste mercado neste país e a queda das vendas externas de lácteos que já vinham ocorrendo desde 2008, sentida principalmente pela Nova Zelândia, maior produtora mundial de leite, que



recuperou sua produção e está com estoques altos.

Do lado das importações, as incertezas sobre o rumo da economia global levaram os compradores a reduzirem suas compras e os preços despencaram já no início de 2009. Isso sinaliza preços baixos, que poderão se recuperar dependendo dos resultados das medidas econômicas mundiais que estão sendo adotadas. Além disso, a preocupação com a expansão das compras externas de lácteos estende-se ao possível comportamento desleal deste setor na Argentina que estaria fazendo triangulação com o produto da UE, vendendo-o para o Brasil dentro das normas do Mercosul. O Governo Federal já iniciou investigação nesse sentido, mas se não forem tomadas medidas rápidas para evitar a entrada deste produto poderá haver um comprometimento maior no setor. Aliado ao excedente de produção interna, por conta da queda das exportações, pressionará a redução dos preços internos. Uma das conseqüências deste cenário é o maior investimento das principais indústrias brasileiras em Longa Vida, freando a produção de leite em pó, para atender o mercado interno. Apesar de aparentar uma saída, este fator terá influência negativa no mercado já que não é esperado um crescimento da demanda.

As recentes medidas do Governo Federal de realizar leilões por meio do Programa de Escoamento da Produção (PEP) com o objetivo de dar sustentação de renda do preço mínimo ao produtor e o escoamento do leite excedente dos estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste para as regiões que estão com déficit do produto, e a disponibilização de uma Linha Especial de Crédito (LEC) para financiar a estocagem de produtos lácteos pela indústria e garantir melhores preços, servirão de apoio para a comercialização de leite e podem sustentar os preços atuais. Por enquanto, no mercado interno, a demanda tem absorvido bem o volume de leite disponível, mas não há segurança de até quando isso se mantenha.

Para o Brasil, o que pode interferir negativamente na competitividade do setor, é a retomada dos subsídios pela UE que afetaria os preços, a diminuição das exportações e a queda no consumo de derivados lácteos e como conseqüência levar a desestruturação do setor produtivo composto, em sua maioria, de pequenos produtores.

3.2.5 - Café

Nem o rigor do inverno no Hemisfério Norte, tampouco a entressafra brasileira foram capazes de inverter a tendência de baixa que tem prevalecido no mercado do café. A análise das cotações nas principais bolsas exhibe impressionantes quedas. Nos últimos 12 meses (mar./2008 a fev./2009), por exemplo, o robusta na Bolsa de Londres acumulou queda de 1/3 do valor do produto. O arábica negociado na BM&F-Bovespa, no mesmo período, também acumulou perdas próximas dessa magnitude.



Somente em fevereiro de 2009, houve queda de 20,8% do robusta em Londres, a maior queda registrada para o conjunto das bolsas. Para o arábica, em Nova Iorque e na BM&F-Bovespa, as baixas foram de 1,97% e 2,37%, respectivamente. Aparentemente, a escassez de crédito para exportação, impedindo a fixação de embarques em prazos mais elásticos, pode ser um dos elementos responsáveis por essa situação.

As baixas cotações imprimem para o conjunto da cafeicultura brasileira uma postura absolutamente defensiva, limitando ao mínimo a tecnologia empregada nas lavouras, cortando-se os gastos com mão-de-obra e os demais serviços de manejo e colheita da lavoura. Tais estratégias, certamente, redundarão em menores produtividades e acentuarão o ciclo de baixa produção aguardada para a corrente safra, ainda, considerando, que do ponto de vista climático, o volume de precipitações tem permitido um bom desenvolvimento das plantas e êxito no pegamento das frutas.

Diante desse contexto de pressão negativa para as cotações, tornam-se pouco críveis as análises que apontam para a elevação dos preços do café verde, isto é, de cenário futuro otimista para os produtores em 2009. Esta visão é compartilhada pelo diretor executivo da OIC que destaca, ainda, a possibilidade nesse ano de se realizar a decantada tendência de crescimento do consumo, enfatizando que a demanda ultrapassará a oferta em seis a oito milhões de sacas.

Por certo que com o agravamento do colapso financeiro, os analistas do mercado de café se tornaram mais fiéis às análises dos fundamentos, as quais, porém não têm permitido explicações plausíveis para o relativo congelamento das cotações, que desde 2005 tem pautado o mercado. Mas, será que se apegar aos fundamentos poderá agora se tornar um elemento verdadeiramente explicativo para as flutuações futuras e o que em muito pouco, ou quase nada, agregava em termos de fatores explicativos do passado recente pode passar agora a se configurar como chave para a interpretação do mercado?

Desde a safra 2004/05, muitos analistas do mercado de café passaram a enfatizar que, sob o ponto de vista dos fundamentos desse mercado, armava-se cenário para o surgimento de ciclo de alta sustentável para as cotações. De fato, tal movimento foi observado entre fevereiro e março de 2005, quando as cotações se aproximaram de R\$350,00/saca. Porém, desde então, essas mesmas cotações passaram a declinar, atingindo R\$240,00/sc e permaneceram nesse patamar até há bem pouco tempo.

O retorno à análise dos fundamentos significa para os agentes de mercado, que a safra brasileira, com colheita a se iniciar em maio de 2009, somará 40 milhões de sacas com estoques de passagem distribuídos pelo mundo acima das 35 milhões de sacas e estimativas sobre a evolução do consumo de crescimento de 2,5% entre os otimistas, de



1,0% pelos moderados e ausência de crescimento ou até queda para os pessimistas. Assim, diante de tantas possibilidades para a construção de cenários futuros, apegar-se aos fundamentos parece pouco eficaz.

De acordo com o renomado economista Jeffrey Sachs, que defende a necessária harmonização das políticas macroeconômicas dos países centrais solapados pela crise, houve encolhimento de cerca de US\$25 trilhões da renda familiar concentrada nos Estados Unidos, Europa e Ásia, significando redução de 60% da renda mundial disponível em um único ano. Ademais, afirma que para cada US\$1,00 de queda dessa renda há um declínio no orçamento familiar disponível para o consumo de US\$0,05. Assim, a realidade dos números indica que com muito menos dinheiro no bolso, a propensão para o consumo em geral será fortemente refreada, não reunindo o café nenhum atributo especial que o permita se configurar numa honrosa exceção. Diminuição tão portentosa da renda, associada à imensa escalada do desemprego, somente poderá derivar num único prognóstico, qual seja, o declínio da demanda seguida de cotações cadentes para o produto.

Entre as lideranças do segmento do café há tendência para a adoção de um tipo de alquimia que lhes permita, por todos os meios, revogar fundamentos da teoria econômica. Se existe uma unanimidade em matéria de bens de consumo é a correlação direta entre o patamar da demanda e a variação da renda disponível, mesmo considerando produtos tipicamente inelásticos, com é o caso do café. Porém, para essas lideranças, as cotações subirão e o consumo as acompanhará.

O cenário se torna mais grave com a aproximação da colheita brasileira que encurta a cada dia o prazo para uma recuperação das cotações. Logo será alcançada fase em que a pressão vendedora (desova de estoques), tende a se intensificar, represando o esperado incremento dos preços, ou senão até os empurrando para patamar ainda mais baixo.

Se não bastasse a visão pessimista para o mercado de café quando apreciada pelo potencial da demanda, há ainda outro fenômeno que age no sentido de represar qualquer possibilidade de alta das cotações. Os mercados de commodities (petróleo, metálicas e agrícolas), são interrelacionados. As carteiras de investimento combinam títulos desses produtos em proporções variadas em consonância com as expectativas de seus gestores para as cotações futuras. Assim, baixas acentuadas com a observada no petróleo, tendem a criar movimentos similares para o conjunto do mercado. Se esse movimento ocorre sob a valorização do dólar, o fenômeno se intensifica. Ademais, surgem estudos que indicam que existe forte correlação entre montante da riqueza financeira existentes no mundo e cotações das commodities. Portanto, sob atual colapso em que parcela significativa da riqueza financeira simplesmente deixou de existir, não há possibi-



lidade para o surgimento de qualquer pressão altista nesse mercado.

Em vista da prevalência do difícil quadro econômico-financeiro dos EUA, nação que mais demanda café no mundo, pode-se até esperar o incremento de medidas protecionistas que restrinjam as importações ou algum aumento de impostos. Qualquer das iniciativas afetará o mercado de café, o que seria ainda mais desastroso para o setor e um golpe fatal para os adeptos da visão otimista para o futuro desse mercado no médio prazo.

Para o Brasil, maior mercado para o café verde aqui produzido, o contexto é algo diverso. A emergência e a consolidação da chamada classe C poderá manter demanda sustentável para gêneros básicos. A informação divulgada pela Associação Brasileira de Supermercadistas (ABRAS) de que houve crescimento 6,5% nas vendas em janeiro de 2009, por ora, comprova essa hipótese, indicando que “alimentos e bebidas” podem exibir expansão significativa, ainda que pautada pelos produtos de baixo preço e marcas próprias.

3.2.6 - Cana

O valor estimado para a produção brasileira de cana-de-açúcar em 2008/09 é de 537 milhões de toneladas, dos quais cerca de 320 milhões produzidos no Estado de São Paulo em área de 4,6 milhões de hectares (IEA/CATI, 2009). Esses resultados indicam crescimentos de 8,5% e 19,9%, respectivamente, em relação à safra 2007/08.

A produção de açúcar no Brasil é estimada em 30 milhões de toneladas, com uma queda de 4,1% em relação à safra anterior, fortemente influenciada pela queda da produção das regiões Norte e Nordeste. Para o álcool a previsão é de 26,5 bilhões de litros, o que corresponderá a aumento da oferta de 18,4% em relação à safra anterior. Destaque-se que em 2008, o consumo de álcool hidratado cresceu 42,0% (13,3 bilhões de litros) e o de álcool anidro 7,9% (6,3 bilhões de litros), segundo dados da ANP- Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. O volume total exportado foi de 5,12 bilhões de litros, isto é, crescimento de 45,0% em relação ao ano de 2007.

No entanto, esses desempenhos positivos não resultaram em maior rentabilidade para o setor. Situações adversas relacionadas ao não acompanhamento da evolução de preços em relação ao forte aumento nos custos de produção (com estimativa pelo setor de perda de R\$9,00/tonelada de cana produzida para a safra 2008/09), atraso na colheita oriundo de problemas climáticos e operacionais e de caixa insuficiente, este último que foi comprometido pelo desempenho econômico já desfavorável nas duas últimas safras e pelo endividamento para realização de investimentos em colhedoras e implementos, resultaram em crise no setor e afetaram, principalmente, os fornecedores de



cana, que por conta desse quadro tiveram atrasos em seus recebimentos.

Mas, mesmo para o segmento industrial o resultado apresenta-se desconfortável. De um lado, os preços atuais praticados nas usinas, para álcool anidro e hidratado, estão praticamente estáveis em plena entressafra quando, normalmente, a expectativa é de elevação, mesmo que ligeira. Este comportamento decorre de oferta excepcional para o período, inclusive, com produção atípica resultante da moagem de cana bizada e estimada em 40 milhões de toneladas e de sinais emitidos pelo mercado. E de outro, a crise econômica mundial que agravou o quadro de problemas na gestão financeira de algumas unidades produtoras.

A crise de rentabilidade, associada às crises de crédito e de confiança dos agentes econômicos, refletiu no campo sob a forma de adiamento e/ou a desistência da reforma dos canaviais e dos tratos culturais. Além disso, algumas usinas estão priorizando garantir fluxo de caixa em detrimento ao investimento em expansão e/ou novos projetos, o que poderá refrear o dinamismo verificado no setor nos últimos cinco anos. Tem-se ainda, que o alento para investimentos em máquinas, principalmente, em colhedoras que substituem o corte manual, será afetado negativamente pelos motivos já expostos: menor rentabilidade, escassez de crédito, endividamento e perspectivas para o setor sucroalcooleiro.

Outro ponto importante a ser considerado para a safra 2009/10 é que, embora a maior parte do capital investido seja nacional, os investimentos estrangeiros que vinham crescendo fortemente deverão sofrer retração, em função do quadro econômico mundial, o que comprometerá o esforço dos agentes em tornar o Brasil uma grande plataforma de produção e exportação de energias renováveis, sobretudo etanol.

Especificamente para a produção de açúcar, em 2009, a abertura do mercado indiano deverá favorecer os países exportadores, como o Brasil, e as perspectivas para o médio e longo prazo é de elevação nas cotações internacionais.

Já para o etanol a situação será mais delicada, visto que grande parte do crescimento da produção foi estimulada pela perspectiva de criação de mercado internacional (transformação em *commodity*), o que está longe de ser consolidado no curto prazo. Internamente o quadro esperado é de estabilidade nas condições atuais. Ou seja, a situação a crise deverá ser mais intensamente sentida nas destilarias que produzem apenas etanol.

No entanto, vale salientar que o mercado para o etanol deve ser pensado com olhar no futuro e que a infra-estrutura de escoamento precisa acompanhar as decisões e perspectivas de exportação do produto para que não seja um obstáculo perigoso para a consolidação do etanol como *commodity*. As expectativas no médio prazo de maiores



exportações de etanol para os Estados Unidos, com a efetivação da política de adição de combustíveis renováveis em consonância a medidas de mitigação ao aquecimento global, poderão trazer mais luz para os planos de consolidação e avanços do setor para os próximos anos.

Finalmente, para o médio e longo prazo, há que se destacar que novos mercados estão sendo construídos com a entrada do setor na produção de energia elétrica advindos do uso do bagaço da cana. Como também do uso da palha em um futuro próximo para geração de mais energia elétrica e produção de etanol celulósico. São caminhos alternativos e promissores que ampliarão a cesta atual de produtos e resultarão em menor dependência de geração de caixa a partir dos dois produtos principais, açúcar e álcool.

3.2.7 - Laranja

O ano de 2009 iniciou com uma grande questão a ser respondida: Como a crise afetará os setores do agronegócio brasileiro? O que se pode afirmar é que, com ou sem crise na economia mundial, a safra de laranja que se aproxima não encontrará um bom cenário.

Para a citricultura, que tem grande importância na pauta de exportação brasileira, gerando aproximadamente uma receita de US\$2 bilhões, a crise internacional ocorre num momento em que os estoques estão elevados, os preços baixos e a demanda reduzida.

A safra norteamericana 2009/10, de acordo com o USDA, deverá ser menor que o previsto na primeira estimativa divulgada e para a produção brasileira estima-se que haverá queda na produção na safra em curso. Apesar dessa retração esperada, o preço do suco não está reagindo, assim como o preço recebido pelos produtores está abaixo do esperado e, em muitos casos, não cobrem o custo de produção da fruta. A conjunção da queda das cotações com as incertezas provocadas pela crise pode desencorajar muitos citricultores a investir na produção, afetando principalmente a sanidade dos pomares. Não há indícios de mudança neste cenário no curto prazo.

Os estoques mundiais de suco de laranja estão altos (60% maiores que no ano passado) e a demanda pelo produto retraída. Estes fatores determinaram a queda do preço do suco de laranja e do preço recebido pelos produtores na última safra. O impacto da crise na demanda mundial em 2009 reforça este processo. Mesmo assim, afirma-se que o mercado do suco de laranja, dominado internacionalmente pelas indústrias brasileiras, que respondem por 80% das exportações mundiais do produto, continua com grande potencial no médio e no longo prazo.



O mercado de laranja in natura também não vem se mostrando atrativo e medidas como o incentivo do consumo da fruta talvez seja uma opção para alavancar o consumo no mercado interno.

A citricultura é responsável pela geração de aproximadamente 59 mil empregos formais, e no campo absorve cerca de 14% do total da força de trabalho rural. Estes números indicam que o impacto da crise da citricultura no emprego pode ser dramático, tanto no campo como nas indústrias. Este fato, somado à descapitalização dos produtores, pode acarretar sérios problemas sociais nos municípios produtores.

3.2.8 - Grãos

A produção brasileira de grãos de 144,1 milhões de toneladas, em 2008, foi recorde graças ao aumento do volume colhido de milho, que contribuiu com 7,3 milhões de toneladas a mais neste ano. O setor de grãos se recupera de resultados negativos nos dois anos precedentes, com crescimento de 5,5% na renda bruta em relação a 2007. Considerado apenas o Estado de São Paulo, estimativas preliminares indicam crescimento de 47,8% no valor da produção, bem acima do aumento de 18,7% no valor total da agropecuária paulista. A maior contribuição, no caso paulista, para o aumento foi dos preços, que se elevaram 32,2% em 2008, enquanto a produção cresceu 11,7%.

Para a safra nacional 2008/09, com parte dos cultivos em início de colheita e parte em fase de desenvolvimento vegetativo e em semeadura, as estimativas são preliminares. De acordo com o quinto levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), de fevereiro de 2009, estima-se produção de 134,7 milhões de toneladas, ou seja, queda de 6,5% em relação à safra anterior. Isto se deve, principalmente, ao menor uso de fertilizantes, redução de área plantada e ocorrência de estiagem prolongada na Região Sul e parte das regiões Sudeste e Centro-Oeste. Na análise por cultura, prevê-se redução da produção de algodão (22,2%); de milho, primeira e segunda safras (14,2%); de soja (4,7%); e do grupo formado por amendoim, girassol, mamona, aveia, centeio, cevada, triticale e sorgo, (0,8%). As duas únicas culturas que devem apresentar aumento de produção são o arroz (2,5%) e o trigo (47,7%).

A evolução dos preços dos grãos desde outubro de 2008, quando se tornou mais evidente a crise financeira global, mostra comportamentos diferentes nos mercados dos produtos. Assim, por exemplo, os mercados de arroz e de soja não sofreram abalos, com os respectivos preços apresentando altas expressivas até janeiro de 2009.

Por outro lado, os mercados de algodão, feijão, milho e trigo, mostram tendência de baixa, por motivos distintos. O caso do feijão é crítico: os preços médios recebidos pelos produtores vêm caindo, sucessivamente, desde outubro de 2008, com a média



mensal no Estado de São Paulo, passando de R\$167,00/sc de 60kg para R\$ 65,00/sc, em fevereiro de 2009, bem abaixo do preço mínimo de garantia para a safra 2008/09, de R\$80,00/sc.

Os preços do milho no mercado interno vinham sendo sustentados pelas exportações do cereal, que atingiram números expressivos até fevereiro de 2009. Mas desde então, com a intensificação das entradas do milho de verão no mercado, aliado à queda da demanda do consumo interno e das exportações, os preços estão declinando. Esta tendência pode se acentuar nos próximos meses com a desova de estoques de produtores e outros agentes do mercado pela necessidade de se “fazer caixa” e liberar parte do espaço de silos e armazéns para a nova safra de soja, cuja colheita se encontra em andamento.

No mercado externo, onde o Brasil se destaca como grande exportador de soja e milho e grande importador de trigo, a conjuntura se mostra no curto prazo favorável aos produtos brasileiros, por duas razões: problemas climáticos em países produtores concorrentes e a valorização do dólar no mercado interno. A estiagem que frustrou parte da produção brasileira afetou severamente a colheita de grãos da Argentina, de forma a reduzir sua produção em mais de 20%. A queda da produção de milho foi estimada em 35% e no caso do trigo, a queda é de 48%. Este país detinha até então a condição de segundo país maior exportador de milho e terceiro maior exportador de soja em grão e, ainda, o maior exportador de farelo e óleo de soja. Destaca-se ainda a queda estimada pelo USDA de 7,2% na produção norte-americana de milho e que o Brasil conta com suprimento tranqüilo, devido ao amplo estoque de passagem da safra 2007/08.

Vale ressaltar, de acordo com as informações do USDA, até fevereiro de 2009, a situação da Argentina torna o Brasil o segundo maior exportador de milho na presente safra, com previsão de venda ao exterior de 9,5 milhões de toneladas, crescendo 26,7% no ano. As exportações da Argentina devem somar apenas 7,0 milhões de toneladas, com decréscimo de 53,3% na temporada. O volume total de exportação no mundo deve cair 21,8%, em razão dos efeitos da crise financeira global sobre a demanda de carnes nos principais países importadores do cereal.

No caso do trigo a redução da safra argentina afetará o comércio com o Brasil, que deverá buscar outros fornecedores, sendo os principais o Canadá e os Estados Unidos. No momento estão sendo feitas consultas à Rússia, até como forma de fortalecer o intercâmbio com aquele país, obtendo como contrapartida o aumento o embarque de carnes brasileiras.

A situação da soja no mercado mundial também é muito favorável ao Brasil na presente safra, apesar da queda dos preços. Novamente de acordo com o USDA, a pro-



dução mundial foi estimada em 224,2 milhões de toneladas, 1,5% maior que a da safra precedente, mesmo com a queda das colheitas no Brasil (6,6%) e na Argentina (5,2%). O volume transacionado no mundo de soja em grão deve diminuir 5,8%, situando-se em 74,8 milhões de toneladas. As quedas nas vendas externas dos EUA e do Brasil serão de pequena monta, 0,9% e 1,8%, respectivamente, enquanto a redução das exportações da Argentina será significativamente maior, de 8,2%.

Segundo o boletim *Oilseeds: World Markets and Trade*, do USDA os preços do óleo de soja que vinham altamente atrelados aos preços do petróleo desde junho de 2008 passaram, a partir de meados de outubro, a apresentar comportamentos distintos. Enquanto os do petróleo caíram sucessivamente, em decorrência da recessão global, os do óleo de soja permaneceram relativamente estáveis, devido à combinação de três fatores: (1) demanda estável de alimentos; (2) queda do esmagamento nos EUA; e (3) incertezas quanto à produção de soja na América do Sul.

No médio e no longo prazo, as perspectivas para soja e milho, as duas principais culturas semeadas no Brasil, são favoráveis. Estudo realizado pela Assessoria de Gestão Estratégica (AGE), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e divulgado em fevereiro de 2009, prevê que a produção de soja passe das 60 milhões de toneladas obtidas na safra 2007/08 para 81,0 milhões de toneladas em 2018/19, fato que pode tornar o país o maior produtor mundial da oleaginosa.

Para os próximos 10 anos o consumo de soja poderá passar de 35,0 milhões de toneladas para 44,0 milhões, com ênfase na fabricação de ração e importância crescente na alimentação humana. Por sua vez as exportações brasileiras deverão atingir 36,5 milhões de toneladas, perfazendo 40,0% do mercado mundial. Quanto às projeções de área, são de 26,5 milhões de hectares, com acréscimo de 5,0 milhões de hectares em relação à safra 2007/08. Essa expansão dar-se-á em zonas de fronteira, onde há ainda terras disponíveis e pela substituição de lavouras e ocupação de áreas de pastagens degradadas.

No caso do milho as previsões do MAPA são de que a produção deverá passar de 58,6 milhões de toneladas, na safra 2007/08, para 73,2 milhões de toneladas em 2018/19. O consumo esperado deverá passar de 44,0 milhões de toneladas para 52,5 milhões de toneladas. Projeção mais significativa diz respeito ao mercado externo: a exportação esperada para 2018/19 é de 22,9 milhões de toneladas, ou seja, o dobro do montante embarcado em 2007/08. A expansão de área e ganhos de produtividade serão determinantes para a efetivação das marcas previstas.

Tanto o milho quanto os derivados da soja (farelo e óleo) deverão apresentar também grande dinamismo nos próximos anos, sobretudo para atender ao mercado interno,



em decorrência da demanda derivada por carnes, segmento que no Brasil tem forte presença externa, com crescimentos médios anuais previstos de 4,2% para ave, 3,5% para bovinos e 2,8% para suínos.

Para o algodão espera-se estabilidade para a produção, da ordem de 1,6 milhão de toneladas, com oscilações no período; o consumo deverá crescer 2,1% a.a., chegando a 1,3 milhão de toneladas e as exportações a 0,69 milhão de toneladas. Cabe lembrar que a longa disputa que vem sendo travada com os Estados Unidos por conta dos subsídios à fibra e que acarretou severos prejuízos ao país, ainda, deverá durar por um bom tempo para a decisão final da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Em resumo, pode-se afirmar que no médio e longo prazo o cenário é mais favorável para os dois principais grãos do agronegócio brasileiro - milho e soja - mas que, no curto prazo, estarão sujeitas à grande volatilidade de preços, condição característica do mercado de commodities, que deverá ser enfatizada em 2009. De modo geral, para os produtos agrícolas componentes das cestas básicas, provavelmente, a diminuição esperada no consumo mundial deverá ser menos acentuada do que prevêem os analistas mundiais.

Finalmente, com o fechamento de alguns mercados tradicionais compradores de alimentos do Brasil, sobretudo de grãos e proteína animal, é imprescindível a procura de alternativas geográficas para a exportação e, sobretudo planejamento da produção, evitando assim o aviltamento de preços e futuros desequilíbrios de suprimentos.

Recebido em 20/03/2009.

Liberado para publicação em 20/03/2009.